

SISTEMA, FORÇA, PODER E DOMINAÇÃO

CONTRIBUIÇÕES DE TEORIA SOCIAL

ERRICO MALATESTA

Nossas Referências



③ COPYLEFT

É livre, e inclusive incentivada, a reprodução deste livro, para fins estritamente não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Edição, revisão e preparação:
ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA LIBERTÁRIA (OSL)

Projeto gráfico, diagramação e capa:
MAYCON MACIEL

Organização Socialista Libertária (OSL)
www.socialismolibertario.net

SUMÁRIO



Nossas Referências 5

■ ERICO MALATESTA

A Anarquia 7

the 1990s, the number of people in the UK who are employed in the public sector has increased by 1.5 million, from 2.5 million in 1980 to 4 million in 1995. The public sector has become a major employer in the UK, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy.

The public sector has also become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy. The public sector has become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy.

The public sector has also become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy. The public sector has become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy.

The public sector has also become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy. The public sector has become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy.

The public sector has also become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy. The public sector has become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy.

The public sector has also become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy. The public sector has become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy.

The public sector has also become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy. The public sector has become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy.

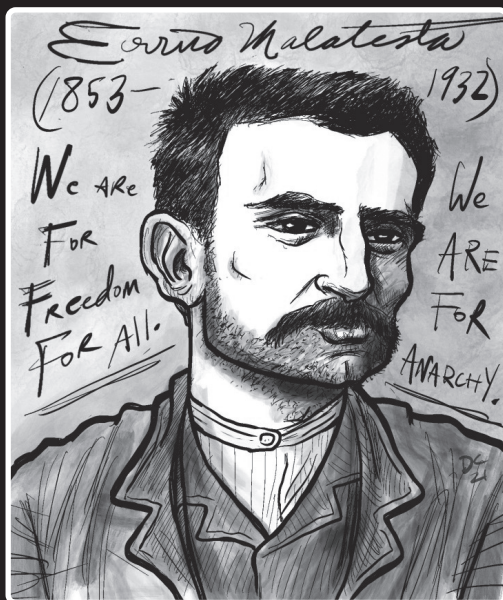
The public sector has also become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy. The public sector has become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy.

The public sector has also become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy. The public sector has become a major provider of social services, and its growth has been a major factor in the overall growth of the economy.

Nossas Referências

Nossas Referências é o nome da coleção de textos selecionados pela Secretaria de Formação Política da **Organização Socialista Libertária (OSL)**. Com contribuições de anarquistas e organizações anarquistas de diferentes épocas, essa coleção serve para orientar a discussão teórica da militância da **OSL**, e também de outras pessoas que tenham interesse nos temas abordados. Trata-se de um material de referência para a organização, cuja concordância com suas linhas gerais não implica necessariamente acordo absoluto. Esse material certamente não esgota todas as demandas teóricas organizacionais, mas constitui um bom ponto de partida para subsidiar os aprofundamentos necessários.

Boa leitura!



“A Anarquia” foi digitalizado a partir do livro
A Anarquia (Imaginário/Nu-Sol/Soma, 2001).

Tradução de Plínio A. Coêlho.

Errico Malatesta

A ANARQUIA

**Errico
Malatesta**

A ANARQUIA (1891)



A palavra *Anarquia* vem do grego e significa *sem governo*, estado de um povo que se rege sem autoridade constituída, sem governo.

Antes que toda uma categoria de pensadores considerasse tal organização como possível e desejável, antes que ela fosse tomada como objetivo por um partido que é doravante um dos fatores mais importantes das lutas sociais modernas, a palavra *Anarquia* era geralmente entendida no sentido de *desordem*, *confusão*; ainda hoje ela é entendida neste sentido pelas massas ignorantes e pelos adversários interessados em ocultar a verdade.

Não entraremos em digressões filológicas, pois a questão não é em nada filológica, mas histórica. O sentido vulgar da palavra não desconhece sua verdadeira signifi-

cação etimológica: é seu derivado, devido ao preconceito *de que o governo é um órgão necessário da vida social*, e que, conseqüentemente, uma sociedade sem governo deve ser presa da desordem, oscilando entre a onipotência de uns e a cega vingança dos outros.

A existência desse preconceito e sua influência sobre a significação que o público deu à palavra *Anarquia* explicam-se facilmente.

Como todos os animais, o homem adapta-se, habitua-se às condições nas quais vive, e transmite por hereditariedade os hábitos adquiridos. Nascido e vivendo na escravidão, herdeiro de uma longa linhagem de escravos, o homem, quando começou a pensar, acreditou que a escravidão fosse uma condição essencial da vida: a liberdade pareceu-lhe impossível. É assim que o trabalhador coagido há séculos a esperar trabalho, isto é, o pão, do bel-prazer de um amo, habituado a ver sua vida continuamente à mercê daquele que possui terra e capital, acabou por crer que é o patrão que lhe dá de comer; ingênuo, ele se diz: o que faria para viver se os amos não existissem?

Tal seria a situação de um homem que tivesse suas pernas atadas desde o nascimento, mas de modo a poder ainda assim caminhar um pouco; ele poderia atribuir a faculdade de se mover a suas ligaduras que só fazem, todavia, diminuir e paralisar a energia muscular de suas pernas.

E, se, aos efeitos naturais do hábito, acrescento a educação dada pelo patrão, pelo padre, pelo professor etc., todos interessados em pregar que o governo e os amos são necessários, se incluirmos o juiz e o policial que se esforçam para reduzir ao silêncio aquele que pensa de forma diferente e quer propagar seu pensamento, compreender-se-á de que maneira, no cérebro pouco

culto da massa, enraizou-se o preconceito da utilidade, da necessidade do patrão e do governo.

Imaginem, pois, que ao homem de pernas atadas, do qual falamos, o médico expõe toda uma teoria e dá mil exemplos habilmente inventados para persuadi-lo de que, com suas pernas livres ele não poderia caminhar nem viver, este homem defenderia com furor suas correntes e consideraria como inimigos aqueles que quisessem arrebenhá-las.

Assim, como se acreditou que o governo era necessário, como se admitiu que sem governo só pode haver desordem e confusão, é natural, é até mesmo lógico que o termo *Anarquia*, que significa ausência de governo, signifique também ausência de ordem.

O fato não deixa de ter exemplos na história das palavras. No tempo e nos países onde o povo acreditou ser necessário o governo de um único (*monarquia*), a palavra *república*, que significa governo da maioria, era considerada no sentido de desordem e de confusão; encontramos ainda este significado na linguagem popular de quase todos os países.

Mudem a opinião, persuadam o público de que o governo, além de desnecessário, é extremamente perigoso e nocivo, e, então, a palavra *Anarquia*, justamente porque significa ausência de governo, quererá dizer a todos: ordem natural, harmonia das necessidades e dos interesses de todos, liberdade completa na completa solidariedade.

É errado dizer que os anarquistas escolheram mal seu nome, uma vez que este é mal compreendido pela massa e presta-se à uma interpretação equivocada? O erro não depende da palavra, mas da coisa em si, e a dificuldade encontrada pelos anarquistas na propaganda não depende do nome que eles se dão, mas do fato que seu conceito se choca com todos os preconceitos arraia-

gados que o povo cria da função do governo ou, como se diz ordinariamente, do Estado.

Antes de avançar, é preciso explicar bem o sentido desta última palavra que é, na nossa opinião, causa de inúmeros equívocos.

Os anarquistas se servem normalmente da palavra *Estado* para exprimir todo esse conjunto de instituições políticas, legislativas, judiciárias, militares, financeiras, etc., pelas quais subtrai-se ao povo a gestão de seus próprios negócios, a direção de sua própria conduta, o cuidado de sua própria segurança para confiá-las a alguns indivíduos que, por usurpação ou delegação, encontram-se investidos do direito de fazer leis sobre tudo e para todos, de coagir o povo a se conformar com isso, servindo-se para esta finalidade da força de todos.

Nesse caso, a palavra *Estado* significa *governo* ou, se se quiser, expressão impessoal, abstrata desse estado de coisas do qual o governo é a personificação. As expressões *abolição do Estado*, *Sociedade sem Estado* etc., correspondem perfeitamente à ideia que os anarquistas querem exprimir quando falam de destruição de toda organização política fundada na autoridade, e de constituição de uma sociedade de homens livres e iguais, fundada na harmonia dos interesses e na cooperação voluntária de todos para a satisfação das necessidades sociais.

Todavia, a palavra *Estado* tem muitos outros significados, dentre os quais alguns se prestam ao equívoco, sobretudo quando se trata de homens que, graças à sua triste posição social, não tiveram a satisfação de se habituar às delicadas distinções da linguagem científica ou, pior ainda, quando se trata de adversários de má fé, que têm interesse de confundir e não querer compreender.

Emprega-se, por exemplo, a palavra *Estado* para indicar tal coletividade humana, reunida num dado território e constituindo o que se chama um corpo moral, independentemente da forma de agrupamento dos membros e das relações que existem entre eles; usam-na ainda simplesmente como sinônimo de sociedade. É por causa de todas estas significações da palavra *Estado* que os adversários acreditam ou fingem acreditar que os anarquistas querem a abolição de toda conexão social, de todo trabalho coletivo, e tendem a reduzir os homens ao isolamento, a uma condição pior do que a selvageria.

Por *Estado* compreende-se também a administração superior de um país, o poder central, distinto do poder provincial ou comunal, e por esta razão outros acreditam que os anarquistas querem uma simples descentralização territorial, deixando intacto o princípio *governamental*: eles confundem assim a anarquia com o *cantonalismo* e o *comunalismo*.

Estado significa, enfim, condição, modo de ser, regime social etc. É assim que dizemos, por exemplo, que é preciso mudar o *estado econômico da classe operária* ou que o *estado anárquico é o único estado social fundado sobre o princípio de solidariedade*, e outras definições semelhantes que, em nossos lábios (nós que dizemos também querer a abolição do Estado), podem, à primeira vista, parecer extravagantes ou contraditórias.

Por essas razões, acreditamos ser preferível empregar o mínimo possível a expressão *abolição do Estado* e substituí-la por outra mais clara e mais concreta: *abolição do governo*.

De qualquer forma, é o que faremos no decorrer desta obra.

Nós dissemos que a anarquia é à sociedade sem governo.

Mas a supressão dos governos é possível? É desejável? É previsível?

Examinemos.

O que é o governo?

A tendência metafísica (que é uma doença do espírito, pela qual o homem, após ter abstraído por processos lógicos as qualidades de um ser, sofre uma espécie de alucinação, fazendo com que tome a abstração pela realidade), apesar dos golpes que a ciência positiva lhe infligiu, possui ainda profundas raízes no espírito da maioria dos homens contemporâneos, faz com que muitos concebam o governo como uma entidade moral, dotada de certos atributos de razão, justiça, equidade, independentes das pessoas que estão no governo. Para eles, o governo, ou melhor, o Estado, é o poder social abstrato; é o representante, sempre abstrato, dos interesses gerais; é a expressão do direito de todos, considerado como limite dos direitos de cada um. Este modo de conceber o governo está apoiado pelos interessados em salvar o princípio da autoridade e fazê-lo sobreviver apesar das culpas e dos erros daqueles que se sucedem no exercício do poder.

Para nós, o governo é a coletividade dos governantes; e os governantes — reis, presidentes, ministros, deputados etc. — são aqueles que têm a faculdade de fazer as leis para regular as relações dos homens entre eles e de fazer executar estas leis; decretar e receber os impostos; obrigar ao serviço militar; julgar e punir os contraven-tores das leis, vigiar e sancionar os contratos privados, monopolizar certos ramos de produção e certos serviços públicos; favorecer ou impedir a troca dos produtos, declarar a guerra ou decidir a paz com os governantes dos outros países; conceder ou retirar franquias etc. Os governantes, numa palavra, são aqueles que têm a faculdade, em um grau mais ou menos elevado, de se servir da força social — seja ela a força física, intelectual

e econômica de todos — para obrigar todo o mundo a fazer o que eles próprios, os governantes, querem. Esta faculdade constitui, na nossa opinião, o princípio do governo, o princípio da autoridade.

Mas qual é a razão de ser do governo?

Por que abdicar, em favor de alguns indivíduos, de nossa própria iniciativa? Por que lhes dar a faculdade de se apoderar, com ou contra a vontade de cada um, da força de todos e dela dispor a seu bel-prazer? São eles, pois, tão excepcionalmente dotados que possam, com alguma aparência de razão, substituir a massa e prover os interesses dos homens, melhor do que os próprios interessados? São eles infalíveis e incorruptíveis a ponto de que se possa confiar, com prudência, o destino de cada um e de todos à sua bondade?

E ainda que existissem homens de uma bondade e de um saber infinitos, convenhamos, por uma hipótese que nunca se verificou na história e que, acreditamos, é impossível acontecer, o poder de governar seria destinado aos mais capazes e aos melhores, o controle do poder não acrescentaria nada à sua capacidade benfazeja, pelo contrário, a paralisaria e a destruiria pela necessidade na qual se encontrariam de se ocupar de tantas coisas que eles não compreendem e, sobretudo, desperdiçar a melhor parte de sua energia para se manter no poder, para contentar os amigos, para frear os descontentamentos e reprimir os rebeldes.

De qualquer forma, bons ou maus, sábios ou ignorantes, o que são os governos? Quem os designa para esta alta função? Eles próprios se impõem pelo direito de guerra, de conquista ou de revolução? Mas então, que garantia possui o povo de que eles se inspirem no interesse comum? É uma simples questão de usurpação;

e, aos que estão descontentes, só resta o apelo à força para se livrar do jugo. São eles escolhidos por uma classe, por um partido? Mas neste caso são os interesses e as ideias dessa classe que triunfarão, enquanto a vontade e o interesse dos outros serão sacrificados. São eles eleitos pelo sufrágio universal? Mas então o único critério é o número que, certamente, não prova a equidade nem a razão, nem a capacidade. Serão aqueles que sabem enganar melhor a massa que serão eleitos, e a minoria, que pode ser a metade menos um, será sacrificada: e isso sem contar que a experiência demonstrou a impossibilidade de encontrar um mecanismo eleitoral pelo qual os eleitos sejam pelo menos os representantes reais da maioria.

• • •

Numerosas e variadas são as teorias através das quais se tentou explicar e justificar a existência do governo. Todas, em suma, estão fundadas sobre o preconceito, declarado ou não, de que os homens têm interesses contrários e que é preciso uma força externa, superior, para obrigar uns a respeitarem os interesses dos outros, prescrevendo e impondo a regra de conduta que harmonizaria, tanto quanto possível, os interesses em luta, e traria a cada um maior satisfação com o menor sacrifício possível.

Se, dizem os teóricos do autoritarismo, os interesses, as tendências, os desejos de um indivíduo estão em oposição com aqueles de um outro indivíduo, ou até mesmo de toda a sociedade, quem terá o direito e a força de obrigar esse indivíduo a respeitar os interesses dos outros? Quem poderá impedir tal cidadão de violar a vontade geral? A liberdade de cada um, dizem, tem por limite a liberdade dos outros, mas quem estabelecerá

estes limites e quem os fará respeitar? Os antagonismos naturais dos interesses e das paixões criam a necessidade do governo, justificam a autoridade que se coloca como moderadora na luta social e assinalam os limites dos direitos e dos deveres de cada um.

Tal é a teoria; mas as teorias, para serem corretas, devem ter por base os fatos e poder explicá-los; sabe-se que, em economia social, muito frequentemente as teorias são inventadas para justificar os fatos, isto é, para defender o privilégio e fazê-lo ser aceito tranquilamente por aqueles que são suas vítimas. Vejamos os fatos.

Ao longo de toda a história, assim como na época atual, o governo é, ou a dominação brutal, violenta, arbitrária, de alguns sobre a massa, ou um instrumento ordenado para assegurar a dominação e o privilégio àqueles que, por força, por astúcia ou por hereditariedade, açambarcaram todos os meios de vida, sobretudo a terra, e se servem deles para manter o povo na servidão e fazê-lo trabalhar para eles.

Oprimem-se os homens de dois modos: diretamente, pela força brutal, pela violência física; ou indiretamente, subtraindo-lhes seus meios de subsistência e reduzindo-os, assim, à impotência.

O primeiro modo é originado do poder político; o segundo, do privilégio econômico.

Pode-se ainda oprimir os homens agindo sobre sua inteligência e seus sentimentos, o que constitui o poder religioso ou *universitário*; mas como o espírito nada mais é do que uma resultante das forças materiais, a mentira e os corpos constituídos para propagá-la só têm razão de ser enquanto resultado dos privilégios econômicos e políticos, um meio para defendê-los e consolidá-los.

Nas sociedades primitivas pouco numerosas, com relações sociais pouco complicadas, os dois poderes, po-

lítico e econômico, encontram-se reunidos nas mesmas mãos, que podem ser, em certo momento, as de um único homem, e isto, quando uma circunstância qualquer impediu que os hábitos, costumes de solidariedade, fossem estabelecidos, ou destruíram-se aqueles que existiam e estabeleceu-se a dominação do homem sobre o homem. Aqueles que, pela força, venceram e apavoraram os outros, dispõem das pessoas e das coisas dos vencidos e os obrigam a servi-los, trabalhar para eles e a fazer sua vontade em tudo. Eles são simultaneamente proprietários, legisladores, reis, juízes e carrascos.

Mas, com o crescimento da sociedade, com a ampliação das necessidades, com a complicação das relações sociais, a existência prolongada de tal despotismo torna-se impossível. Os dominadores, seja para garantir sua segurança, seja por comodidade ou por impossibilidade de agir de outra forma, encontram-se na necessidade, de um lado, de se apoiar sobre uma classe privilegiada, ou seja, sobre um certo número de indivíduos co-interessados em sua dominação, e, por outro lado, fazer de modo que cada um provenha como pode a sua própria existência, reservando para si a dominação suprema, isto é, o direito de explorar ao máximo possível todo mundo, ao mesmo tempo satisfazendo a vaidade de comando. É assim que, à sombra do poder, com sua proteção e cumplicidade, e amiúde sem seu conhecimento, por falta de controle, desenvolve-se a propriedade privada, ou seja, a classe dos proprietários. Estes concentram, pouco a pouco, em suas mãos, os meios de produção, as verdadeiras fontes da vida — agricultura, indústria, comércio etc. — e acabam por constituir um poder que, pela superioridade de seus meios e pela série de interesses que abarca, acaba sem-

pre por submeter, mais ou menos abertamente, o poder político, o governo, para fazer dele seu próprio policial.

Este fenômeno reproduziu-se diversas vezes na história. Cada vez que, numa invasão ou numa ação militar, a violência física, brutal, levou a melhor numa sociedade, os vencedores mostraram a tendência a concentrar em suas mãos o governo e a propriedade. Mas a constante necessidade do governo em buscar a cumplicidade de uma classe poderosa, as exigências da produção, a impossibilidade de tudo vigiar e tudo dirigir, reestabeleceram a propriedade privada, a divisão dos dois poderes e, com ela, a dependência efetiva daqueles que se apoderaram da força, os governantes, em proveito daqueles que possuem as fontes da força, os proprietários. O governo acaba sendo sempre, e fatalmente, o guardião do proprietário.

Nunca este fenômeno se acentuou tanto quanto nos dias de hoje. O desenvolvimento da produção, a imensa extensão do comércio, o poderio desmedido que o dinheiro adquiriu, e todos os fatos econômicos provocados pela descoberta da América, pela invenção das máquinas etc., asseguraram uma tal supremacia à classe capitalista, que, não contente em dispor do apoio do governo, ela desejou que o governo saísse de seu seio. Um governo que extraía sua origem do direito de conquista (do direito divino, dizem os reis e seus padres), por mais que as circunstâncias o submetessem à classe capitalista, ele conservava sempre uma atitude arrogante e desdenhosa para com seus antigos escravos enriquecidos, e veleidades de independência e dominação. Esse governo era o defensor, o policial dos proprietários, mas havia desses policiais que julgam ser alguma coisa e se fazem arrogantes com aqueles que devem acompanhar e defender, quando não os roubam e degolam na primeira esquina. A classe capitalis-

ta livrou-se e livra-se dele por meios mais ou menos violentos, para substituí-lo por um governo escolhido por ela mesma, composto de membros de sua classe, sempre sob seu controle, e especialmente organizado para defendê-la das reivindicações possíveis dos deserdados.

Daí a origem do sistema parlamentar moderno.

• • •

Hoje, o governo, composto de proprietários e pessoas a seu serviço, está integralmente à disposição dos proprietários; a tal ponto que os mais ricos desdenham frequentemente de fazer parte dele. Rothschild não precisa ser deputado nem ministro: basta-lhe ter à sua disposição os deputados e os ministros.

Em muitos países, o proletariado tem nominalmente uma participação mais ou menos ampla na eleição do governo. É uma concessão feita pela burguesia, seja para obter a colaboração do povo na luta contra o poder real ou aristocrático, seja para desviar do povo a ideia de emancipação, dando-lhe uma aparência de soberania.

Que a burguesia o tenha ou não previsto, quando concedeu ao povo o direito de voto, é certo que este direito mostrou-se completamente ilusório, bom apenas para consolidar o poder da burguesia, dando à parte mais enérgica do proletariado a vã esperança de chegar ao poder.

Mesmo com o sufrágio universal, e poderíamos dizer, sobretudo com o sufrágio universal, o governo permaneceu o servo e o policial da burguesia. De outro modo, se o governo ameaçasse tornar-se hostil, se a *democracia* pudesse ser outra coisa que um meio de enganar o povo, a burguesia, ameaçada em seus interesses, preparar-se-ia para a revolta e servir-se-ia de toda a força e de toda a

influência que lhe dá a posse da riqueza, para lembrar ao governo a função de simples policial a seu serviço.

Em todos os tempos e lugares, qualquer que seja o nome que o governo assuma, quaisquer que sejam sua origem e sua organização, sua função essencial é sempre a de oprimir e explorar as massas, defender os opressores e os açambarcadores; seus órgãos principais, características indispensáveis, são o policial e o coletor de impostos, o soldado e o carcereiro, aos quais se junta infalivelmente o mercador de mentiras, padre ou professor, pago e protegido pelo governo para escravizar os espíritos e torná-los dóceis ao jugo.

Certamente, a estas funções primordiais, a estes órgãos essenciais do governo, outras funções e outros órgãos associaram-se no curso da história. Admitamos, todavia, que nunca, ou quase nunca, tenha existido, num país pouco civilizado, um governo que, além de suas funções opressivas e espoliadoras, não se tenha atribuído outras funções úteis ou indispensáveis à vida social, Mas isto em nada invalida o fato de que o governo é, por sua natureza, opressivo e espoliador, que ele é, por sua origem e posição, fatalmente levado a defender e a reforçar a classe dominante; este fato não somente confirma o que já dissemos, mas o agrava.

Na realidade, o governo assume a tarefa de proteger, mais ou menos, a vida dos cidadãos contra os ataques diretos e brutais. Reconhece e legaliza um certo número de direitos e deveres primordiais e de usos e costumes, sem os quais é impossível viver em sociedade; organiza e dirige alguns serviços públicos como os correios, as estradas, a higiene pública, o tratamento de águas, a proteção das florestas etc.; abre orfanatos e hospitais e se compraz em se mostrar — na aparência, e isto é

compreensível — protetor e benfeitor dos pobres e dos fracos. Mas basta observar como e por que ele realiza estas funções, para se ter a prova experimental, prática, de que tudo que o governo faz é sempre inspirado pelo espírito de dominação e ordenado para defender, aumentar e perpetuar seus próprios privilégios e aqueles de cuja classe é o representante e o defensor.

Um governo não pode existir por muito tempo sem esconder sua natureza sob o pretexto de interesse comum: ele não pode fazer respeitar a vida dos privilegiados sem se dar ares de vê-la respeitada por todos; ele não pode fazer com que aceitem os privilégios de alguns sem fazer de conta que salvaguarda os direitos de todos. Diz Kropotkin:

A lei — isto é, aqueles que fizeram a lei, o governo — utilizou os sentimentos sociais do homem para fazer passar, com preceitos de moral que o homem aceitava, ordens úteis à minoria espoliadora contra a qual ele teria se revoltado.

Um governo não pode querer que a sociedade se desfaça, porque desapareceria, então, para ele e para a classe dominante, a matéria a explorar. Ele não pode permitir que ela se reja a si própria, sem intromissão oficial, porque, assim, o povo perceberia bem rápido que o governo não serve para nada, senão para defender os proprietários que o tornam faminto, e se prepararia para se livrar dos governos e dos proprietários.

Hoje, diante das exigências urgentes e ameaçadoras do proletariado, os governos mostram a tendência de se interpor nas relações entre patrões e operários. Eles tentam, assim, desviar o movimento operário e impedir, com algumas reformas enganadoras, que os pobres to-

mem eles próprios tudo aquilo de que necessitam, quer dizer, uma parte do bem-estar igual àquela da qual usufruem os outros.

É preciso, além do mais, levar em consideração que, de um lado, os burgueses, isto é, os proprietários, estão continuamente guerreando, entredevorando-se, e, por outro lado, que o governo, ainda que filho, escravo e protetor da burguesia, como todo servo, tende a se emancipar, e todo protetor tende a dominar o protegido. Daí resulta esse jogo de gangorra, esses conflitos, essas concessões consentidas e negadas, essa procura de aliados entre o povo contra os conservadores e entre os conservadores contra o povo, jogo que é a ciência dos governantes, e que ilude os ingênuos e os preguiçosos, esperando sempre que sua salvação venha de cima.

Com tudo isso, o governo não muda de natureza: se ele se faz regulador e se torna garantidor dos direitos e dos deveres de cada um, ele perverte o sentimento de justiça, qualifica de crime e pune todo ato que ofenda ou ameace os privilégios dos governantes e dos proprietários; declara justa, *legal*, a mais atroz exploração dos miseráveis, o lento e contínuo assassinato moral e material, perpetrado pelos que possuem em detrimento dos que nada possuem.

Se ele se faz administrador dos serviços públicos, visa ainda e sempre aos interesses dos governantes e dos proprietários, só se ocupa dos interesses da massa laboriosa enquanto for necessário para que a massa consinta em pagar. Se ele se faz professor, impede a propagação da verdade, e tende a preparar o espírito e o coração dos jovens para que se tornem ou tiranos implacáveis ou escravos dóceis, segundo a classe à qual pertençam. Tudo, nas mãos do governo, se torna meio para explorar, tudo se torna instituição de polícia para manter o povo acorrentado.

Deve ser assim. Se a vida dos homens é a luta entre si, há, certamente, vencedores e vencidos, e o governo — que é o prêmio da luta ou um meio para assegurar aos vencedores os resultados da vitória, e perpetuá-los — jamais estará nas mãos daqueles que perderam, quer a luta ocorra no terreno da força física ou intelectual, quer ela ocorra no terreno econômico. Aqueles que lutaram para vencer, para assegurar para si melhores condições, conquistar privilégios, comando e poder, uma vez obtida a vitória, com certeza não se servirão disso para defender os direitos dos vencidos ou para impor limites às suas próprias vontades e a de seus amigos e partidários.

O governo, ou, como se diz, o Estado *provedor de justiça*, moderador das lutas sociais, administrador imparcial dos interesses públicos, é uma mentira, uma ilusão, uma utopia jamais realizada e jamais realizável.

Se os interesses dos homens tivessem de ser contrários uns dos outros, se a luta entre os homens fosse uma lei necessária da sociedade humana, se a liberdade de alguns tivesse de ser um limite à liberdade dos outros, então cada um procuraria fazer sempre triunfar seus próprios interesses sobre os dos demais; cada um tentaria aumentar sua liberdade em prejuízo da liberdade do outro. Se tivesse de existir um governo, não porque fosse mais ou menos útil à totalidade dos membros de uma sociedade, mas porque os vencedores desejassem assegurar para si os frutos da vitória, subjugando solidamente os vencidos, e livrar-se do peso de estar sempre na defensiva, encarregando de sua defesa homens especialmente treinados na profissão de policial, então a humanidade estaria destinada a perecer ou a debater-se eternamente entre a tirania dos vencedores e a rebelião dos vencidos.

Felizmente, o futuro da humanidade é mais promissor, porque a lei que a governa é mais doce.

Esta lei é a solidariedade.

O homem possui, como propriedade fundamental, necessária, “o *instinto de sua própria conservação*”, sem o qual nenhum ser vivo poderia existir, e “o *instinto da conservação da espécie*”, sem o qual nenhuma espécie teria podido se formar nem durar. Ele é naturalmente levado a defender sua existência e seu bem-estar, assim como o de sua prole, contra tudo e contra todos.

Os seres vivos têm, na natureza, duas maneiras de assegurar sua existência e torná-la mais tranquila: de um lado, a *luta* individual contra os elementos e contra outros indivíduos da mesma espécie ou de espécie diferente; do outro, o *apoio mútuo*, a *cooperação*, que pode ser chamada “a *associação para a luta*” contra todos os fatores naturais contrários à existência, ao desenvolvimento e ao bem-estar dos associados.

Nós não poderíamos, nestas poucas páginas, indicar a parte respectiva destes dois princípios na evolução da vida orgânica, a luta e a cooperação.

Basta-nos constatar de que maneira, na humanidade, a cooperação — forçada ou voluntária — tornou-se o único meio de progresso, aperfeiçoamento, segurança, e de que modo a luta — herança atávica — tornou-se completamente inapta a favorecer o bem-estar dos indivíduos, e produziu, ao contrário, o mal para todos, para os vencedores bem como para os vencidos.

A experiência, acumulada e transmitida por gerações sucessivas, ensinou ao homem que, ao se unir a outros homens, sua conservação é mais segura e seu bem-estar maior. Assim, consequência da própria luta pela existência, engajada contra o meio ambiente e contra os

indivíduos de sua espécie, desenvolveu-se nos homens o instinto social, que transformou completamente as condições de sua existência. Pela força deste instinto, o homem pôde sair da animalidade, adquirir um potencial enorme e elevar-se tão alto, acima dos outros animais, que os filósofos espiritualistas acreditaram ser necessário inventar para ele a alma imaterial e imortal.

Inúmeras causas concorrentes contribuíram para a formação deste instinto social, que, partindo da base animal do instinto da conservação da espécie — que é o instinto social restringido à família natural —, alcançou um grau eminente de intensidade e de extensão, para constituir doravante o fundo mesmo da natureza moral do homem.

O homem saído dos tipos inferiores da animalidade, estava fraco e desarmado para a luta individual contra as feras carnívoras. Mas, possuindo um cérebro capaz de grande desenvolvimento, um órgão vocal apto a exprimir, por sons diversos, as diferentes vibrações cerebrais, mãos especialmente adaptadas para dar a forma desejada à matéria, rapidamente ele devia sentir a necessidade e as vantagens da associação; pode-se mesmo dizer que alcançou a humanidade somente quando se tornou sociável e adquiriu o uso da palavra, que é ao mesmo tempo consequência e poderoso fator da sociabilidade.

A população tendo sido relativamente restrita no início da humanidade, a luta pela existência, de homem contra homem, era menos dura, menos contínua, menos necessária, mesmo fora da associação, o que devia favorecer muito o desenvolvimento dos sentimentos de simpatia e permitir descobrir e apreciar a utilidade do apoio mútuo.

Enfim, a capacidade — adquirida pelo homem graças às suas qualidades primitivas aplicadas em cooperação com um número mais ou menos grande de associados — de

modificar o meio ambiente e adaptá-lo às suas necessidades; a multiplicação dos desejos, que crescem com os meios de satisfazê-los e se tornam necessidades; a divisão do trabalho, que é a consequência da exploração metódica da natureza em proveito do homem, fizeram da vida social o meio ambiente necessário ao homem, fora do qual ele não pode viver sem cair num estado bestial.

E pelo refinamento da sensibilidade, consequência da multiplicidade das relações; por hábito adquirido pela espécie graças à transmissão hereditária durante milhares de anos, esta necessidade de vida social, de troca de pensamentos e afeições entre os homens, tornou-se um modo de ser necessário ao nosso organismo. Transformou-se em simpatia, amizade, amor, e subsiste independentemente das vantagens materiais que a associação produz, a tal ponto que, para satisfazê-las, defronta-se com todos os tipos de sofrimentos, e mesmo com a morte.

Em suma, as enormes vantagens que a associação traz à humanidade; o estado de inferioridade física (não proporcional à sua superioridade intelectual) no qual ele se encontra em relação ao animal, se ele permanece isolado; a possibilidade para o homem de se associar a um número sempre crescente de indivíduos, em relações cada vez mais íntimas e complexas, até ampliar a associação a toda a humanidade, a toda a vida; sobretudo, a possibilidade para o homem de produzir, trabalhando em cooperação com os outros, mais do que é necessário para viver; os sentimentos afetivos que decorrem de tudo isso, deram à luta pela existência, no homem, um caráter totalmente diferente daquele que existe entre os outros animais.

De qualquer forma, sabe-se hoje que — as pesquisas dos naturalistas contemporâneos nos trazem a cada dia novas provas disso — a cooperação teve e tem, no

desenvolvimento do mundo orgânico, um papel muito importante, de que não suspeitavam aqueles que queriam justificar, erroneamente por sinal, o reino da burguesia por teorias darwinianas, pois a distância entre a luta humana e a luta animal é enorme e proporcional à distância que separa o homem dos outros animais.

Os outros animais combatem, seja individualmente, seja, principalmente, em pequenos grupos duráveis ou transitórios, contra toda a natureza, inclusive os outros indivíduos de sua própria espécie. Mesmo os animais mais sociáveis, como as formigas, as abelhas etc., são solidárias entre indivíduos do mesmo formigueiro ou da mesma colmeia, mas são indiferentes em relação às outras comunidades de sua espécie (quando não as combatem). A luta humana, ao contrário, tende a ampliar cada vez mais a associação entre os homens, a solidarizar seus interesses, a desenvolver o sentimento de amor de cada homem por todos os homens, a vencer e dominar a natureza exterior, com a humanidade e pela humanidade. Toda luta direta para conquistar vantagens, independentemente dos outros homens ou contra eles, contradiz a natureza social do homem moderno e tende a empurrá-lo em direção à animalidade.

A solidariedade, isto é, a harmonia dos interesses e dos sentimentos, o concurso de cada um ao bem de todos e de todos ao bem de cada um, é o único estado no qual o homem pode explicar sua natureza e atingir o maior desenvolvimento e o maior bem-estar possível. É o objetivo rumo ao qual caminha a evolução humana; é o princípio superior que resolve todos os antagonismos atuais, insolúveis de outra forma, e faz com que a liberdade de cada um não encontre limite, mas complemen-

to, condições necessárias à sua existência na liberdade dos outros.

Dizia Mikhail Bakunin:

Nenhum individuo pode reconhecer sua própria humanidade, nem por consequência realizá-la na vida se não reconhecê-la nos outros e cooperar em sua realização para os outros. Nenhum homem pode se emancipar se, com ele, não emancipa todos os homens que o cercam. Minha liberdade é a liberdade de todos, visto que eu só sou realmente livre, livre não somente na ideia, mas de fato, quando minha liberdade e meu direito encontram sua confirmação e sua sanção na liberdade e no direito de todos os homens, meus iguais.

A situação dos outros homens importa muito para mim, pois, por mais independente que pareça ser minha posição social, seja eu papa, czar, imperador ou primeiro-ministro, sou sempre o produto daquilo que são os últimos dos homens; se eles são ignorantes, miseráveis, escravos, minha existência é determinada por sua ignorância, sua miséria e sua servidão. Eu, homem esclarecido e inteligente, por exemplo, sou estúpido por sua estupidez; eu, corajoso, sou escravo por sua escravidão; eu, rico, tremo diante de sua miséria; eu, privilegiado, empalideço diante de sua justiça. Eu, que quero ser livre, não posso, pois em torno de mim todos os homens ainda não querem ser livres, e, sem desejar, tornam-se, para mim, instrumentos de opressão.

A solidariedade é, pois, a condição na qual o homem alcança o mais elevado grau de segurança e bem-estar;

consequentemente, o próprio egoísmo, ou seja, a consideração exclusiva de seu próprio interesse, conduz o homem e a sociedade humana rumo à solidariedade; ou ainda, egoísmo e altruísmo (*consideração pelos interesses dos outros*) se confundem num único sentimento, assim como se confundem num único, o interesse do indivíduo e o da sociedade.

Mas o homem não poderia passar de uma só vez da animalidade à humanidade, da luta brutal de homem a homem à luta solidária de todos os homens, fraternizados, contra a natureza exterior.

Guiado pelas vantagens que oferecem a associação e a divisão do trabalho que dela resulta, o homem evoluía no sentido da solidariedade; mas sua evolução encontrou um obstáculo que mudou sua direção e a faz desviar ainda hoje de seu objetivo. O homem descobriu que podia, até um certo ponto, e pelas necessidades materiais primordiais — as únicas que ele ressentia então — realizar as vantagens de cooperação submetendo a seu capricho os outros homens, ao invés de se associar a eles; é, como os instintos ferozes e antissociais, herdados de ancestrais simiescos, eram ainda possantes nele, forçou os mais fracos a trabalhar para ele, preferindo a dominação à associação. Talvez mesmo, na maioria dos casos, fosse explorando os vencidos que o homem chegou, pela primeira vez, a compreender os benefícios da associação, a utilidade que o homem podia retirar do apoio do homem.

O conhecimento da utilidade da cooperação, que devia conduzir ao triunfo da solidariedade em todas as relações humanas, resultou, ao contrário, na propriedade individual e no governo, ou seja, na exploração do trabalho de todos por um punhado de privilegiados.

Tratava-se em todo o caso de associação, cooperação, fora da qual não há vida humana possível; mas era um modo de cooperação imposto e regulado por alguns, no interesse particular deles.

Decorreu deste fato a grande contradição que preencheu a história dos homens, entre a tendência a se associar e fraternizar, pela conquista e pela adaptação do mundo exterior às necessidades do homem e pela satisfação dos sentimentos afetivos, e a tendência a se dividir, em tantas unidades separadas e hostis quantas há de agrupamentos determinados pelas condições geográficas e etnográficas, pelas condições de posições econômicas, pelos homens que conseguiram conquistar uma vantagem e querem assegurá-la e aumentá-la para eles próprios, pelos que, sofrendo uma injustiça ou um privilégio, revoltam-se e querem libertar-se.

O princípio “cada um por si”, que é a guerra de todos contra todos, veio, no decorrer da história, complicar, desviar, paralisar a guerra de todos contra a natureza, único meio capaz de trazer o bem-estar à humanidade, pois esta só pode ter seu desenvolvimento completo se tomar por base o princípio “todos por um e um por todos”.

A humanidade sofreu males imensos por esta intromissão da dominação e da exploração no seio da associação humana. Mas, apesar da opressão atroz à qual foram submetidas as massas, apesar da miséria, apesar dos vícios, dos delitos, da degradação que a miséria e a escravidão produziram, quer entre os escravos, quer entre os senhores, apesar dos ódios acumulados, das guerras exterminadoras, do antagonismo dos interesses artificialmente criados, o instinto social sobreviveu e se desenvolveu. A cooperação, sendo sempre a condição necessária para que o homem possa lutar com sucesso

contra a natureza exterior e sobreviver, é, portanto, a causa permanente da aproximação dos homens e do desenvolvimento do sentimento de simpatia entre eles. A própria opressão das massas fez fraternizar os oprimidos entre eles. Foi pela força e pela solidariedade — mais ou menos consciente que existiu entre os oprimidos — que estes puderam suportar a opressão e a humanidade resistiu às causas de morte que se introduziram em seu seio.

• • •

Hoje — com o imenso desenvolvimento que teve a produção, o crescimento dessas necessidades que só podem ser satisfeitas pelo concurso de um grande número de homens de todos os países — os meios de comunicação, o hábito das viagens, a ciência, a literatura, o comércio, as próprias guerras, aglutinaram e aglutinam cada vez mais a humanidade num único corpo, cujas partes, solidárias entre si, só encontram sua plenitude e sua liberdade de desenvolvimento na salvação das outras partes e do todo.

O habitante de Nápoles está tão interessado no saneamento dos casebres de sua cidade quanto na melhoria das condições higiênicas das populações das margens do Ganges, de onde vem a cólera. A liberdade, o bem-estar, o futuro de um montanhês perdido nas gargantas dos Apeninos não dependem somente do estado de bem-estar ou de miséria no qual se encontram os habitantes de seu vilarejo, nem das condições gerais do povo italiano, mas dependem também do estado dos trabalhadores na América ou na Austrália, da descoberta que faz um cientista sueco, das condições morais e materiais dos chineses, da guerra ou da paz que se faz na África, em suma, de todas as circunstâncias, grandes ou pequenas,

que, num ponto qualquer do mundo, agem sobre um ser humano.

Nas condições atuais da sociedade, esta vasta solidariedade que une todos os homens é, em grande parte, inconsciente, pois surge espontaneamente dos conflitos dos interesses particulares, enquanto os homens preocupam-se pouco ou nada com os interesses gerais. Eis aí a prova mais evidente de que a solidariedade é a lei natural da humanidade, que se explica e se impõe apesar de todos os antagonismos criados pela organização social atual.

Por outro lado, as massas oprimidas jamais estão completamente resignadas à opressão e à miséria, e, hoje mais do que nunca, mostram-se sedentas de justiça, liberdade, bem-estar, começam a compreender que elas só podem se emancipar pela união, pela solidariedade com todos os oprimidos, com todos os explorados do mundo inteiro. Compreendem, enfim, que a condição indispensável de sua emancipação é a posse dos meios de produção, do solo e dos instrumentos de trabalho, ou seja, a abolição da propriedade individual. A ciência, a observação dos fenômenos sociais, demonstram que esta abolição seria de imensa utilidade para os próprios privilegiados se eles quisessem renunciar a seu espírito de dominação e participar, com todos, do trabalho para o bem-estar comum.

Ora, se um dia as massas oprimidas se recusassem a trabalhar para os outros, se elas tomassem a terra e os instrumentos de trabalho dos proprietários e quisessem se servir desta terra e destes instrumentos de trabalho por sua conta e em proveito de todos; se elas não quisessem mais sofrer a dominação, nem da força brutal, nem do privilégio econômico; se a fraternidade entre os povos, o sentimento de solidariedade humana, reforçado pela

comunidade de interesses, colocasse fim às guerras e às conquistas, qual seria então a razão de ser de um governo?

Abolida a propriedade individual, o governo, que é seu defensor, deve desaparecer. Se ele sobrevivesse, tenderia continuamente a reconstituir, sob uma forma qualquer, uma classe privilegiada e opressiva.

A abolição do governo não significa e não pode significar destruição da conexão social. Bem ao contrário, a cooperação que, hoje, é forçada e está dirigida para a vantagem de alguns, será livre, voluntária e orientada para a vantagem de todos e se tornará ainda mais intensa e eficaz.

O instinto social, o sentimento de solidariedade, se desenvolveriam ao mais alto grau; cada homem faria tudo o que pudesse pelo bem dos outros homens, tanto para satisfazer seus sentimentos afetivos quanto por interesse, bem entendido.

Da livre participação de todos — graças ao agrupamento espontâneo dos homens segundo suas necessidades e simpatias, de baixo para cima, do simples ao complexo, partindo dos interesses mais imediatos para chegar aos mais gerais — surgirá uma organização social que terá por objetivo o maior bem-estar e a maior liberdade de todos, que envolverá toda a humanidade numa fraternal comunidade; ela se modificará e melhorará à medida que as circunstâncias se modificarem e a experiência trouxer seus ensinamentos.

Esta sociedade de homens livres, esta sociedade de amigos, é a *Anarquia*.

Até aqui, consideramos o governo tal como ele é, tal como deve necessariamente ser numa sociedade fundada sobre o privilégio, sobre a exploração e a opressão do homem pelo homem, sobre o antagonismo dos interesses, sobre a luta intersocial, numa palavra, sobre a propriedade individual.

Vimos de que forma este estado de luta, longe de ser uma condição necessária da vida da humanidade, é contrário aos interesses dos indivíduos e da espécie humana; vimos de que modo a cooperação, a solidariedade, é a lei do progresso humano, e concluímos que abolindo a propriedade individual e toda predominância do homem sobre o homem, o governo perderia toda a razão de ser e deveria desaparecer.

Mas, *poder-se-á dizer*, mudem o princípio sobre o qual está fundada hoje a organização social, substituam a luta pela solidariedade, a propriedade privada pela propriedade, vós mudareis a natureza do governo, que, ao invés de ser o protetor e o representante dos interesses de uma classe, seria — visto que as classes não existiriam mais — o representante dos interesses de toda a sociedade. Ele teria a missão de assegurar e regularizar, no interesse de todos, a cooperação social; cuidar dos serviços públicos de importância geral; defender a sociedade contra as tentativas possíveis tendentes a restabelecer os privilégios; prevenir e reprimir os atentados cometidos por alguns contra a vida, o bem-estar e a liberdade de cada um.

Há, na sociedade, funções muito necessárias que exigem muita constância, muita regularidade, para poderem ser deixadas à livre vontade dos indivíduos, sem nos arriscarmos a ver tudo cair na desordem.

Quem organizará e quem assegurará, sem governo, os serviços de alimentação, distribuição, higiene, correios, telégrafos, ferrovias etc.? Quem cuidará da instrução pública? Quem empreenderá esses grandes trabalhos de exploração, saneamento, esses empreendimentos científicos, que transformam a face da terra e multiplicam as forças do homem?

Quem cuidará da conservação e do aumento do capital social, para transmiti-lo, enriquecido e melhor, à humanidade futura?

Quem impedirá a devastação das florestas, a exploração irracional e, conseqüentemente, o esgotamento do solo?

Quem terá o mandato de prevenir e reprimir os delitos, quer dizer, os atos antissociais?

E aqueles que, faltando com a lei da solidariedade social, não quiserem trabalhar? E aqueles que propagariam epidemias num país ao se recusarem a se submeter às regras higiênicas reconhecidas úteis pela ciência?

E se houvesse indivíduos que, loucos ou não, quisessem queimar as colheitas, violar as crianças ou abusar, contra os mais fracos, de sua força física?

Destruir a propriedade individual e abolir os governos existentes sem reconstruir um governo que organize a vida coletiva e assegure a solidariedade social, não seria abolir os privilégios e trazer ao mundo a paz e o bem-estar: seria destruir todo o elo social, reconduzir a humanidade à barbárie, em direção ao reino do cada um por si, que é o triunfo da força bruta, inicialmente, e do privilégio econômico, depois.

Eis as objeções que nos opõem os autoritários, mesmo os que são socialistas, isto é, aqueles que querem abolir a propriedade individual e o governo de classe que dela deriva.

Respondamos:

Antes de mais nada, não é verdade que, mudando as condições sociais, o governo mudaria de natureza e função. Órgão e função são termos inseparáveis. Retirem de um órgão sua função: ou morre o órgão, ou a função se restabelece; coloquem um exército num país onde não haja razão para isso, nem temor de guerra interna ou externa: ele provocará a guerra ou, se não conseguir, se

dissolverá. Uma polícia, onde não haja delitos a descobrir ou delinquentes a prender, provocará, inventará delitos e delinquentes, ou cessará de existir.

Existe na França, há séculos, uma instituição, hoje adjunta à administração das florestas, a *Louveterie*, cujos oficiais têm a atribuição de garantir a destruição dos lobos e outros animais nocivos.

Ninguém se surpreenderá ao saber que é precisamente por causa desta instituição que os lobos ainda existem na França, onde, nas estações rigorosas, eles fazem muitas vítimas. O público se ocupa pouco com os lobos, uma vez que há os *Jouvetiors* [caçadores de lobos (N.T.)], que devem ocupar-se deles. Estes últimos caçam muito bem, mas o fazem inteligentemente, poupando as ninhadas e deixando-lhes o tempo necessário para a reprodução, a fim de não arriscar destruir uma espécie tão interessante. Os camponeses franceses têm, na realidade, pouca confiança nesses *louveters*, e os consideram mais como conservadores de lobos. Pode-se compreender isto: que fariam os “tenentes de *louveterie*” se os lobos desaparecessem?

Um governo, isto é, um certo número de pessoas encarregadas de fazer as leis, habilitadas a se servirem da força de todos para obrigar cada um a respeitá-las, constitui já uma classe privilegiada e separada do povo. Esta procurará instintivamente, como todo corpo constituído, aumentar suas atribuições, subtrair-se ao controle do povo, impor suas tendências e fazer predominar seus interesses particulares. Situado numa posição privilegiada, o governo acha-se em antagonismo com a massa, da qual emprega diariamente a força.

Além disso, o governo, mesmo querendo, não poderia contentar todo mundo, se conseguisse contentar al-

guns, teria de se defender contra os descontentamentos e co-interessar, por consequência, uma parte do povo, para estar sobre ela apoiada. Assim recomençaria a velha história da classe privilegiada, que se constitui com a cumplicidade do governo, e que, se desta vez não se apoderasse do solo, açambarcaria certamente posições de favor, criadas para este efeito, e não seria nem menos opressiva, nem menos espoliadora do que a classe capitalista.

Os governantes, habituados ao comando, não gostariam de compor a multidão: se não pudessem conservar o poder, assegurariam pelo menos posições privilegiadas para o momento em que tivessem de ceder o poder a outros. Utilizariam todos os meios que tem o poder para fazer eleger, como sucessores, seus próprios amigos, a fim de serem por eles apoiados e protegidos, por sua vez. O governo passaria e repassaria pelas mesmas mãos, e a democracia, que é o pretense governo de todos, acabaria, como sempre, em oligarquia, o governo de alguns, o governo de uma classe.

A oligarquia onipotente, opressiva, absorvente, seria, pois, aquela que tivesse sob sua responsabilidade, isto é, à sua disposição todo o capital social, todos os serviços públicos, desde a alimentação até a fabricação de fósforos, desde as universidades até os teatros de operetas!!!

Todavia, suponhamos que o governo não constitua, em si, uma classe privilegiada, e que possa viver sem criar em torno dele uma nova classe de privilegiados, permanecendo o representante, o escravo, se se preferir, de toda a sociedade. Para que serviria ele dali por diante? Em que e de que forma aumentaria a força, a inteligência, o espírito de solidariedade, o cuidado com o bem-estar de todos e da humanidade futura que, naquele momento, existissem na sociedade?

É sempre a velha história do homem atado que, tendo conseguido viver apesar de suas amarras, considera-as como a condição necessária de sua existência.

Estamos habituados a viver sob um governo que açambarca todas estas forças, todas estas inteligências, todas estas vontades que pode dirigir para seus fins, e obsta, paralisa, suprime aquelas que lhe são inúteis ou hostis — e imaginamos que tudo o que foi feito na sociedade é obra do governo, que sem governo não restaria mais à sociedade nem a força, nem a inteligência, nem a boa vontade. Assim (como já dissemos) o proprietário que se apoderou do solo faz com que o cultivem para seu proveito *particular*, deixando ao trabalhador somente o estritamente necessário para que ele possa e queira continuar a trabalhar — e o trabalhador escravizado pensa que não poderia viver sem o patrão, como se este tivesse criado a terra e as forças da natureza.

O que pode acrescentar o governo às forças morais e materiais existentes numa sociedade? Seria ele, por acaso, como o Deus da Bíblia, que extrai alguma coisa do nada? Visto que nada foi criado no mundo comumente chamado material, nada se cria também, nesta forma mais complicada do mundo material, que é o mundo social. Eis porque os governos só podem dispor das forças que existem na sociedade, exceto as forças muito grandes que eles paralisam e destroem por sua própria ação, as forças rebeldes, forças que são perdidas em conflitos necessariamente muito numerosos num mecanismo tão artificial.

E se eles dão alguma coisa deles próprios, é como homens, e não como governantes que podem fazê-lo. Enfim, de todas as forças materiais e morais que permanecem à disposição do governo, somente uma mínima parte é empregada de um modo realmente útil à sociedade. O

resto é gasto para refrear as forças rebeldes, ou desviado do objetivo de interesse comum e empregado em proveito de alguns e em prejuízo da maioria dos homens.

Durante muito tempo dissertou-se sobre a parte respectiva que têm, na vida e no progresso das sociedades humanas, a iniciativa individual e a ação social, e conseguiu-se, com os artifícios habituais da linguagem metafísica, embaralhar de tal forma as coisas, que pareceram audaciosos aqueles que afirmaram que tudo se rege e caminha, no mundo humano, por meio da iniciativa individual. Na realidade, esta é uma verdade de senso comum, que parece evidente tão logo se procure saber das coisas que as palavras significam.

“O ser real é o homem, é o indivíduo”; a sociedade ou coletividade e o *Estado* ou governo que tem a pretensão de representá-los, se não são abstrações vazias de sentido, nada mais podem ser além de agregados de indivíduos. E é no organismo de cada indivíduo que tem necessariamente origem todos os pensamentos e todos os atos humanos, os quais, de individuais, tornam-se pensamentos e atos coletivos quando são ou se fazem comuns a muitos indivíduos. A ação social, então, não é a negação nem o complemento da iniciativa individual, senão a resultante das iniciativas, dos pensamentos e das ações de todos os indivíduos que compõem a sociedade; daí resultando que, sendo todas as coisas iguais em princípio, concorrem todas as forças para o mesmo objetivo, ou divergem e opõem-se. Se, ao contrário, com os autoritários, por ação social compreende-se ação governamental, é ainda aí a resultante das forças individuais, mas somente destes indivíduos que fazem parte do governo ou que, por sua posição, podem influir sobre a conduta do governo.

Assim, no conflito secular entre a liberdade e a autoridade ou, em outros termos, entre o socialismo e o Estado de classe, nem pensar aumentar a independência individual em detrimento da ingerência social, ou, esta, em detrimento daquela. Mas, ao contrário, trata-se de impedir que alguns indivíduos possam oprimir os outros; dar a todos os indivíduos os mesmos direitos e os mesmos meios de ação; e não substituir a iniciativa de todos, que deve naturalmente produzir vantagem para todos, pela iniciativa de alguns, que produz necessariamente a opressão de todos os outros. Trata-se sempre, em suma, de destruir a dominação e a exploração do homem pelo homem, de modo que todos estejam interessados no bem-estar comum, e as forças individuais, em vez de serem suprimidas ou combatidas, destruindo uma a outra, encontrem a possibilidade de um completo desenvolvimento e associem-se entre si para o maior proveito de todos.

Resulta, de tudo o que dissemos, que a existência de um governo, mesmo que fosse — segundo nossa hipótese — o governo ideal dos socialistas autoritários, longe de provocar um aumento das forças produtivas, organizadoras e protetoras da sociedade, as reduziria imensamente, restringindo a iniciativa a alguns e dando a estes indivíduos o direito de fazer tudo, sem poder, naturalmente, dar-lhes o dom de tudo saber.

Com efeito, se retirais da legislação e de todas as obras de um governo tudo o que é destinado a defender os privilegiados, e que representa a vontade dos próprios privilegiados, o que resta senão o resultado da atividade de todos?

“O Estado”, dizia Sismondi, “é sempre *um poder conservador que autentica, regulariza, organiza as conquistas do progresso*” (e a História acrescenta que ele as dirige em proveito próprio e das classes privilegiadas),

mas não as inicia nunca. Elas têm sempre sua origem embaixo. Nascem no âmago da sociedade, do pensamento individual, que se divulga em seguida, torna-se opinião, maioria, mas deve sempre encontrar em seu caminho, e combatê-lo, o poder constituído, a tradição, o hábito, o privilégio e o erro.

De resto, para compreender como uma sociedade pode viver sem governo, basta observar um pouco, e a fundo, a sociedade atual, e ver-se-á como, na realidade, a maior parte, a parte essencial da vida social, realiza-se, mesmo hoje, fora da intervenção do governo; e como o governo só intervém para explorar as massas, para defender os privilegiados, e, enfim, para sancionar inutilmente tudo o que foi feito sem ele e, frequentemente, apesar dele e contra ele. Os homens trabalham, trocam, estudam, viajam, seguem como eles querem as regras da moral e da higiene, aproveitam os progressos da ciência e da arte, têm entre eles relações infinitas, sem que sintam a necessidade de que alguém lhes imponha o modo de se conduzir. E são justamente estas coisas, onde o governo não tem ingerência, que funcionam melhor, que dão lugar a menos contestações e que se acomodam à vontade de todos, de maneira que todos encontram nelas sua utilidade e seu encanto.

Assim, também, o governo não é necessário para as grandes empresas, nem para esses serviços públicos que requerem a participação regular de muitas pessoas de regiões e de condições diferentes. Mil empresas semelhantes são, hoje, obra de associações privadas, livremente constituídas, e, segundo a opinião de todos, as mais bem sucedidas. Sem falar das associações dos capitalistas, organizadas com um objetivo de exploração,

ainda que, no entanto, demonstrem a possibilidade e a força da livre associação e como esta última pode interessar as pessoas de todas as regiões e seus interesses imensa e extremamente variados.

Todavia, falemos, de preferência, destas associações que, inspiradas pelo amor de nossos semelhantes, ou pela paixão da ciência, ou até mesmo, simplesmente, pelo desejo de divertir-se e fazer-se aplaudir, representam melhor os grupamentos de uma sociedade na qual a propriedade individual e a luta entre os homens, tendo sido abolidas, cada um encontrará seu interesse no interesse de todos e sua maior satisfação em fazer o bem e agradar aos outros.

As sociedades e os congressos científicos, a associação internacional de salvamento, a associação da Cruz Vermelha, as sociedades geográficas, as organizações operárias, os corpos de voluntários que acorrem ao socorro em todas as grandes calamidades públicas, são exemplos, entre mil, deste potencial espiritual de associação, que se manifesta sempre quando se trata de uma necessidade ou de uma paixão verdadeiramente sentida; e meios não faltam. Se a associação voluntária não cobre o mundo, não agrega todos os ramos da atividade material e moral, é por causa dos obstáculos erguidos pelos governantes, dos antagonismos criados pela propriedade privada, da impotência e do aviltamento a que a grande maioria dos homens foi reduzida pelo açambarcamento da riqueza por alguns indivíduos. O governo se encarrega, por exemplo, do serviço dos correios, das ferrovias etc. Mas em que ele realmente ajuda para o bom funcionamento destes serviços? Quando o povo — à medida que pode se aproveitar deles — sente a necessidade destes serviços, pensa em organizá-los, e os técnicos não precisam de

um alvará do governo para se pôr em obra. Quanto mais a necessidade é geral e urgente, mais abundam os voluntários para preenchê-la. Se o povo tivesse a faculdade de pensar na produção e na alimentação, não creiam que ele se deixaria morrer de fome, esperando que o governo apresentasse leis sobre este assunto. Se o governo tivesse de existir, ele seria ainda obrigado a esperar que o povo tivesse inicialmente tudo organizado, para vir, com leis, sancionar e explorar o que já está feito. Está demonstrado que o interesse privado é o grande motor de toda atividade. Bem, quando o interesse de todos for o interesse de cada um — e ele o será necessariamente, se a propriedade privada não existir — todos agirão; se as coisas se fazem, quando na realidade elas só interessam a alguns, elas se fariam tanto mais e tanto melhor quando interessassem todo mundo. Compreende-se, ainda que com dificuldade, que haja pessoas que acreditam que a execução e a marcha regular dos serviços públicos, indispensáveis à vida social, estão melhor asseguradas se forem feitas pelos empregados de um governo, ao invés de feitas diretamente pelos trabalhadores, que, por escolha ou por acordo mútuo, escolherem este gênero de trabalho e o executarem sob o controle imediato de todos os interessados.

Seguramente, em todo grande trabalho coletivo, há necessidade de divisão de trabalho, direção técnica, administração etc. Mas os autoritários brincam perversamente com as palavras, quando deduzem da necessidade, bem real, de organizar o trabalho, a razão de ser do governo.

O governo, repito uma vez mais, é o conjunto dos indivíduos que receberam ou que tomaram o direito e os meios de fazer as leis e forçar as pessoas a obedecer; o administrador, o engenheiro etc., são, ao contrário,

homens que recebem ou assumem o encargo de fazer um trabalho e o fazem. Governo significa delegação do poder, ou seja, abdicação da iniciativa e da soberania de todos nas mãos de alguns. Administração significa delegação de trabalho, ou seja, encargo dado e aceito, troca livre de serviços, fundada sobre livres contratos. O governante é um privilegiado, pois ele tem o direito de comandar os outros e de se servir das forças dos outros para fazer triunfar suas ideias e seus desejos pessoais. O administrador, o diretor-técnico etc., são trabalhadores como os outros, quando se trata, bem entendido, de uma sociedade onde todos têm meios iguais de se desenvolver, onde todos são, ou podem ser, simultaneamente, trabalhadores intelectuais e manuais, onde todos os trabalhos, onde as únicas diferenças entre os homens sejam aquelas que decorrem da diversidade natural das aptidões, e todas as funções dão um direito igual a gozar dos benefícios sociais. Não se deve confundir a função do governo com a função da administração, essencialmente diferentes, pois se, hoje, elas se encontram confundidas, é por causa do privilégio econômico e político.

Entretanto, apressemo-nos a passar para funções pelas quais o governo é considerado, por todos aqueles que não são anarquistas, como verdadeiramente indispensável: a defesa externa e interna de uma sociedade, isto é, a *guerra*, a *polícia*, a *justiça*.

Desaparecidos os governos, estando a riqueza social à disposição de todos, todos os antagonismos desaparecerão rapidamente entre os povos, e a guerra não terá mais razão de existir. Diremos, além disso, que no estado atual da sociedade, quando a revolução eclodir num país, se ela não encontrar eco imediato em todos os lugares, certamente encontrará tanta simpatia que

nenhum governo ousará enviar tropas ao exterior, com o risco de ver eclodir a revolução em seu próprio país. Admitamos, todavia, que os governos dos países ainda não emancipados queiram e possam tentar recolocar em escravidão um povo livre. Este precisará de um governo para se defender? Para fazer a guerra, são necessários homens que possuam os conhecimentos geográficos e técnicos necessários, e, sobretudo, as massas que queiram lutar. Um governo não pode aumentar a capacidade dos primeiros, nem a vontade e a coragem dos outros. A experiência histórica nos ensina que um povo que quer realmente defender seu próprio país é invencível: na Itália, todo mundo sabe como, diante dos corpos voluntários (formação anárquica) desmoronam os tronos e desfazem-se os exércitos regulares, compostos de homens alistados à força ou pagos.

E a polícia? E a justiça? Muitos pensam que se não houvesse policiais, soldados e juizes, cada um seria livre para matar, violar e brutalizar seu próximo à vontade; que os anarquistas, em nome de seus princípios, gostariam que se aceitasse esta estranha liberdade que viola e destrói a liberdade e a vida do semelhante. Eles estão quase persuadidos de que, após termos destruído o governo e a propriedade privada, deixaríamos reconstituir tranquilamente uma e outra, por respeito à liberdade daqueles que ressentissem a necessidade de ser governantes e proprietários. Estranha maneira, realmente, de compreender nossas ideias. É verdade que assim conseguem, mais facilmente, livrar-se, com uma sacudida de ombros, do trabalho de refutá-los.

A liberdade que nós queremos, para nós e para os outros, não é a liberdade absoluta, abstrata, metafísica, que se traduz fatalmente, na prática, pela opressão dos

fracos, mas sim a liberdade real, a liberdade possível que é a comunidade consciente dos interesses, a solidariedade voluntária. Nós proclamamos a máxima: faz o que quiseres e nela resumimos, por assim dizer, nosso programa porque — é fácil compreender — estamos persuadidos de que numa sociedade harmônica, numa sociedade sem governo e sem propriedade, cada um desejará o necessário.

No entanto, se pelas consequências da educação recebida da sociedade atual, ou por mal-estar físico, ou por qualquer outra causa, alguém quisesse fazer mal a nós e aos outros, nós nos serviríamos, estejam certos, de todos os meios ao nosso alcance para impedi-lo. Sabemos muito bem que o homem é consequência de seu próprio organismo do ambiente cósmico e social onde vive; desde que não confundamos o direito sagrado da defesa com o pretenso e absurdo direito de punir; desde que, no delinquente, isto é, naquele que comete atos antissociais, não vejamos o escravo rebelde, como faz o juiz em nossos dias, mas um irmão doente, necessitando de cuidados; não colocaremos ódio na repressão, esforçar-nos-emos para não ultrapassar a necessidade da defesa, não pensaremos em nos vingar, mas em curar e reconquistar os infelizes, com todos os meios que a ciência nos oferecer.

Em todo o caso, que os anarquistas entendam que, como todos os teóricos, podem perder de vista a realidade para correr atrás de uma aparência de lógica — é certo que o povo jamais deixará que atentem impunemente à sua liberdade e ao seu bem-estar, e se a necessidade se apresentar, ele assegurará sua defesa contra as tendências antissociais de alguns. Mas, para isso, há necessidade de todas essas pessoas que têm por profissão fabricar leis? Ou ainda dessas outras pessoas que vivem procurando e inventando contravenções às leis? Quando

o povo reprova realmente uma coisa, e a acha nociva, ele consegue sempre impedi-la, melhor do que todos os legisladores, esbirros e juizes de profissão. Quando, nas insurreições, o povo quis, e erroneamente por sinal, fazer respeitar a propriedade privada, ele a fez respeitar, como um exército não teria podido fazê-lo.

• • •

Os costumes acompanham sempre as necessidades e os sentimentos dos indivíduos; são tanto mais respeitados quanto menos sujeitos à sanção da lei estão, pois todos veem, compreendem sua utilidade; os interessados, não se fazendo ilusão sobre a proteção do governo, pensam em fazê-las respeitar. Para uma caravana que viaja nos desertos da África, economizar água é uma questão de vida ou morte para todos, e a água, nesta circunstância, torna-se coisa sagrada: ninguém se permite desperdiçá-la. Os conspiradores necessitam do segredo: o segredo é guardado, ou a infâmia atinge aquele que o viola. As casas de jogo não são garantidas pela lei, e, entre jogadores, aquele que não paga é considerado, e ele próprio se considera, desonrado.

É por causa dos policiais que não se mata mais do que se faz? A maioria das comunas da Itália só vê policiais de vez em quando; milhões de homens vão por montes e vales, longe dos olhos tutelares da autoridade, de forma que se poderia atacá-los sem o menor risco de castigo, e, todavia, eles estão em segurança, tanto quanto nos centros mais policiados. A estatística demonstra que o número de criminosos se ressentem muito pouco do efeito das medidas repressivas, mas varia rapidamente com as mudanças das condições econômicas e com o estado da opinião pública.

As leis repressivas, por sinal, só dizem respeito nos fatos extraordinários, excepcionais. A vida cotidiana se desenvolve fora do alcance do código e é regulada, quase inconscientemente, pelo consentimento tácito e voluntário de todos, por uma quantidade de usos e costumes, bem mais importantes para a vida social do que os artigos do código penal, e bem mais respeitados, ainda que completamente privados de qualquer sanção, a não ser daquela, natural, do desprezo que sofrem os violadores e do mal que decorre deste desprezo.

Quando surgem contestações entre os homens, o árbitro voluntariamente aceito ou a pressão da opinião pública não estaria mais apta a dar razão àqueles que a tem, do que uma magistratura irresponsável que possui o direito de julgar tudo e todos, que é necessariamente incompetente e, por esta razão, injusta?

Assim como o governo só serve, em geral, para a proteção das classes privilegiadas, a polícia e a magistratura só servem para a repressão de crimes que não são considerados como tais pelo povo, e que ofendem somente os privilégios dos governantes e proprietários. Para a verdadeira defesa social, para a defesa do bem-estar e da liberdade de todos, não há nada de mais nocivo do que a formação destas classes que vivem com o pretexto de defender a todos, habituem-se a considerar todo homem como um animal a enjaular, e o espancam, sem saber por que, sob a ordem de um chefe, como assassinos inconscientes e mercenários.

• • •

Muito bem, diz-se: a anarquia pode ser uma forma perfeita de vida social, mas nós não queremos dar um

salto para as trevas. Expliquem-nos então, em detalhe, como será organizada vossa sociedade. Vem toda uma série de questões que são muito interessantes, se quiserem estudar os problemas que se imporão à sociedade emancipada, mas que são inúteis, absurdas, ou ridículas, se pretenderem obter de nós uma solução definitiva.

Por quais métodos se fará a educação das crianças? Como se organizará a produção e a distribuição? Haverá ainda grandes cidades, ou a população se distribuirá de maneira uniforme sobre toda a superfície da terra? E se todos os habitantes da Sibéria quisessem vir passar o inverno em Nice? Se todos quisessem comer perdizes ou beber vinhos finos? Quem trabalhará como mineiro ou marinheiro? Quem esvaziará as fossas sanitárias? Os doentes serão assistidos a domicílio ou no hospital? Quem estabelecerá o horário dos trens? O que se fará se o maquinista tiver cólicas quando o trem estiver em marcha?... E assim por diante, até imaginar que nós possuímos toda a ciência e a experiência do futuro e que, em nome da anarquia, prescreveríamos aos homens futuros a que horas devem ir dormir e em que dias devem cortar os calos dos pés!

Na realidade, se nossos leitores esperam de nós uma resposta a estas perguntas, ou pelo menos àquelas dentre elas que são sérias e importantes — que seja mais do que nossa opinião pessoal momentânea —, isso nos demonstrará que não conseguimos alcançar nosso objetivo de explicar o que é a anarquia.

Nós não somos mais profetas do que as outras pessoas: se pretendêssemos dar solução oficial a todos os problemas que se apresentarão na vida da sociedade futura, entenderíamos a abolição do governo num sentido realmente estranho. Nós nos declararíamos governo e prescreveria-

mos, a exemplo dos legisladores religiosos, um código universal para o presente e para o futuro! Felizmente que, não tendo fogueira nem prisão para impor nossa Bíblia, a humanidade poderia rir impunemente de nossas pretensões!

Nós nos preocupamos muito com todos os problemas da vida social, seja no interesse da ciência, seja porque esperamos ver realizada a anarquia e concorrer, como podemos, à organização da nova sociedade. Temos pois nossas soluções que, segundo os casos, nos parecem definitivas ou transitórias. Diríamos alguma coisa disso aqui, se não faltasse espaço.

Mas o fato é que hoje, com os dados que possuímos, pensamos de tal forma em relação a determinada questão, o que não quer dizer que seja assim no futuro. Quem pode prever as atividades que se desenvolverão na humanidade quando ela estiver emancipada da miséria e da opressão? Quando todos tiverem os meios de instruir-se e desenvolver-se? Quando não houver mais escravos nem amos, e a luta contra os outros homens, os ódios, os rancores que derivam disso não forem mais uma necessidade da existência? Quem pode prever os progressos da ciência, os novos meios de produção, de comunicação etc.?

O essencial é isto: que se constitua uma sociedade na qual a exploração e a dominação do homem pelo homem não seja mais possível; onde todos tenham à livre disposição os meios de existência, de desenvolvimento e de trabalho; onde todos possam participar como querem e sabem da organização da vida social. Em tal sociedade, tudo será necessariamente feito de modo a satisfazer o melhor possível as necessidades de todos, levando em conta os conhecimentos e as possibilidades do momento; tudo se transformará para melhor, à medida que aumentam os conhecimentos e os meios.

No fundo, um programa que toca as bases da organização social nada mais pode fazer do que indicar um método. E é o método, sobretudo, que diferencia os partidos e determina sua importância na história. Método à parte, todos dizem querer o bem dos homens e muitos o desejam realmente; os partidos desaparecem, e com eles desaparece toda ação organizada e dirigida a um objetivo determinado. É preciso, sobretudo, considerar a anarquia como um método.

Os métodos — dos quais os diversos partidos não anarquistas esperam ou dizem esperar o maior bem possível para cada um e para todos — podem se reduzir a dois: o autoritário e o chamado liberal. O primeiro confia a alguns a direção da vida social e conduz à exploração e à opressão da massa por parte de alguns. O segundo se confia à livre iniciativa dos indivíduos e proclama, se não a abolição, pelo menos a redução do governo ao mínimo de atribuições possível. Como ele respeita a propriedade individual e é inteiramente fundado sobre o princípio de cada um por si e, por isso, sobre a concorrência entre os homens, sua liberdade é a liberdade para os fortes, para os proprietários, de oprimir e explorar os fracos, os que nada possuem; longe de produzir a harmonia, ele tende a aumentar cada vez mais a distância entre os ricos e os pobres, e conduz também à exploração e à dominação, ou seja, à autoridade.

Este segundo método, o liberalismo, é teoricamente uma espécie de anarquia sem socialismo, e, por esta razão, nada mais é do que uma mentira, visto que a liberdade não é possível sem a igualdade; a verdadeira anarquia não pode existir fora da solidariedade, fora do socialismo. A crítica que os liberais fazem do governo se reduz a querer retirar-lhe um certo número de atribuições, a

chamar os capitalistas a disputá-las, mas não pode atacar as funções repressivas que formam sua essência pois, sem policiais, o proprietário não poderia existir, devendo a força repressiva do governo aumentar sempre, à medida que aumentam, pelo efeito da livre concorrência, a desarmonia e a desigualdade.

Os anarquistas apresentam um novo método: a livre iniciativa de todos e o livre pacto, depois que a propriedade individual tiver sido abolida revolucionariamente, e todos tiverem sido colocados em condições iguais, dispondo das riquezas sociais.

Este método, por não permitir a reconstituição da propriedade individual, deve conduzir, por via de livre associação, ao completo triunfo do princípio de solidariedade.

Considerando as coisas deste modo, vê-se que todos os problemas apresentados, com o intuito de combater as ideias anarquistas são, ao contrário, um argumento em favor da anarquia, pois só ela indica a via a ser seguida para encontrar, experimentalmente, a solução que corresponde melhor aos preceitos da ciência, às necessidades e aos sentimentos de todos.

Como educar-se-ão as crianças? Não o sabemos. Em todo o caso, os pais, os pedagogos, e todos aqueles que se interessam pelo destino das novas gerações, se reunirão, discutirão, concordarão ou se dividirão em diversas opiniões, colocarão em prática os métodos que eles julgarem os melhores; com a prática, o método que for realmente o melhor acabará por triunfar.

Assim, também, acontecerá com todos os problemas que se apresentarão.

Resulta, do que dissemos até aqui, que a anarquia, tal como a compreende o partido anárquico — e ele não pode entendê-la de outra forma, tem por base o socia-

lismo. Se não houvesse essas escolas socialistas que cindem artificialmente a unidade natural da questão social, considerando apenas algumas de suas partes, se não houvesse os equívocos por meio dos quais se procura dificultar o caminho à revolução social, nós poderíamos afirmar que a anarquia é sinônimo de socialismo, pois um e outro significam abolição da dominação e da exploração do homem pelo homem, sejam elas praticadas por intermédio dos exércitos, pela força das baionetas, ou por açambarcamento dos meios de existência.

A anarquia, assim como o socialismo, tem por base, por ponto de partida, por meio necessário a igualdade de condições; ela tem por farol a solidariedade e por método a liberdade. Ela não é a perfeição; não é o ideal absoluto que, como o horizonte, afasta-se à medida que avançamos; mas ela é a via aberta a todos os progressos, a todos os aperfeiçoamentos, realizados no interesse de todos.

• • •

Tendo estabelecido que a anarquia é o único modo de vida social que possibilita atender ao maior bem-estar para todos, visto que ela apenas pode destruir toda a classe interessada em manter oprimida e miserável a massa dos homens; tendo estabelecido que a anarquia é possível, pois, na realidade, livra a humanidade de um obstáculo, o governo, contra o qual teve de lutar sempre para avançar em seu penoso caminho; tendo estabelecido tudo isso, constatamos que os autoritários se retiram para suas últimas trincheiras, onde estão reforçados por um certo número de indivíduos que, ainda que calorosos partidários da liberdade e da justiça, têm medo da liberdade e não sabem conceber uma humanidade que viva e

caminhe sem tutores e sem pastores. Pressionados de perto pela verdade, essas pessoas pedem que se adie a discussão para mais tarde, o mais tarde possível. Eis a substância dos argumentos que nos opõem, neste ponto da discussão:

Esta sociedade sem governo, que se rege por meio da cooperação livre e voluntária; esta sociedade que confia, para tudo, na ação espontânea dos interesses, e que é inteiramente fundada sobre a solidariedade e o amor, é, com certeza, dizem eles, um ideal muito belo, mas, como todos os ideais, permanece nas nuvens. Encontramo-nos numa humanidade que sempre esteve dividida em oprimidos e opressores; estes são plenos de espírito de dominação e têm todos os vícios dos tiranos, aqueles estão habituados ao servilismo e têm todos os vícios produzidos pela escravidão, o que é ainda pior. O sentimento da solidariedade está bem longe de ser o que domina entre os homens de hoje, e se é verdade que os destinos dos homens são e se tornam cada vez mais solidários entre si, não é menos verdadeiro que o que se vê melhor e que deixa a marca mais profunda sobre o caráter humano, é a luta pela existência que cada um sustenta, todos os dias, contra todos; é a concorrência que pressiona de perto operários e patrões e que faz com que cada homem se torne o lobo de outro homem. Como poderão eles, homens cuja educação se fez numa sociedade com base no antagonismo das classes e dos indivíduos, transformar-se, de um momento para outro, e tornar-se capazes de viver numa sociedade na qual cada um fará o que quiser e tiver de fazer, sem coação externa, por impulso de sua própria natureza, visando

ao bem alheio? Com que discernimento confiaríeis o destino da revolução, o destino da humanidade, a uma turba ignorante, anemizada pela miséria, embrutecida pelo padre, que será hoje estupidamente sanguinária e amanhã se deixará ludibriar de modo grosseiro por um espertalhão, ou curvará o pescoço de modo servil sob o calcanhar do primeiro homem de guerra que ousar se proclamar senhor? Não seria mais prudente caminhar em direção ao ideal anarquista passando por uma república democrática e socialista? Um governo composto dos melhores não seria necessário para preparar a geração para ideias futuras?

Estas objeções não teriam razão de existir se tivéssemos conseguido nos fazer compreender e convencer o leitor sobre aquilo que dissemos anteriormente, porém, em todo o caso, mesmo que caíamos na repetição, será bom responder a isso.

Encontramo-nos sempre diante do preconceito de que o governo é uma força nova, saída não se sabe de onde, que acrescenta ela própria alguma coisa à soma das forças e das capacidades daqueles que o compõem e daqueles que o obedecem. Ao contrário, tudo o que se faz na humanidade é feito por homens, e o governo, como tal, acrescenta apenas a tendência a fazer monopólio de tudo em proveito de um partido ou de uma determinada classe, e a resistir a toda iniciativa que nasce fora da camarilha.

Abolir a autoridade, abolir o governo, não significa destruir as forças individuais e coletivas que agem na humanidade, nem as influências que os homens exercem mutuamente uns sobre os outros; seria reduzir a humanidade a uma massa de átomos desprendidos uns dos outros e inertes, coisa que é impossível e que, se

fosse possível, seria a destruição de toda a sociedade, a morte da humanidade.

Abolir a autoridade significa abolir o monopólio da força e da influência; abolir a autoridade significa abolir esse estado de coisas no qual a força social, a força de todos, é o instrumento do pensamento, da vontade, dos interesses de um pequeno número de indivíduos que, através da força de todos, suprimem, em seu próprio benefício e no de suas ideias, a liberdade de cada um. Abolir a autoridade significa destruir um modo de organização social pelo qual o futuro permanece açambarcado, de uma revolução à outra, em proveito daqueles que foram os vencedores em um determinado momento.

Mikhail Bakunin, numa publicação que apareceu em 1872, após ter dito que os grandes meios de ação da Internacional eram a propaganda de suas ideias e a organização da ação natural de seus membros sobre as massas, acrescenta:

A quem quer que declarasse que uma ação assim organizada seria um atentado contra a liberdade das massas, uma tentativa de criar um novo poder autoritário, nós responderíamos que esta pessoa não passa de um sofista e de um idiota. Tanto pior para aqueles que ignoram as leis naturais e sociais da solidariedade humana a ponto de imaginar que uma absoluta independência mútua dos indivíduos e das massas seja uma coisa possível ou, pelo menos, desejável.

Desejá-la significa querer a destruição da sociedade, visto que a vida social nada mais é do que esta dependência mútua, continua, dos indivíduos e das massas.

Todos os indivíduos, mesmo que fossem os mais inteligentes e os mais fortes, bem mais, sobretudo se eles são os mais inteligentes e os mais fortes, são a

cada instante os produtores e os produtos. A própria liberdade de cada individuo não é outra coisa senão resultante, reproduzida continuamente, desta massa de influências materiais, intelectuais e morais exercida sobre ele por todos os indivíduos que o cercam pela sociedade no meio da qual ele nasce, se desenvolve e morre. Querer escapar desta influência através de uma liberdade transcendente, divina, absolutamente egoísta e autossuficiente, é a tendência ao não-ser, querer renunciar a exercê-la sobre os outros, significa renunciar a toda ação social, à expressão de seus pensamentos e de seus sentimentos e resulta também no não-ser. Esta tendência tanto elogiada pelos idealistas e metafísicos e a liberdade individual concebida neste sentido, são, pois, o nada.

Na natureza — assim como na sociedade humana, que outra coisa não é senão esta mesma natureza —, tudo o que vive só vive na condição suprema de intervir, da maneira mais positiva e tão poderosamente quanto sua natureza o comporta, na vida dos outros. A abolição desta influência mútua seria a morte, e quando reivindicamos a liberdade das massas, não pensamos abolir nenhuma das influências naturais que os indivíduos ou os grupos de indivíduos exercem sobre elas: o que nós queremos é a abolição das influências artificiais, privilegiadas, legais, oficiais.

É certo que, no estado atual da sociedade, em que a grande maioria dos homens, esmagada pela miséria e embrutecida pela superstição, vive na abjeção, a sorte dos destinos humanos depende da ação de um número relativamente restrito de indivíduos.

Certamente não poderá acontecer que, de um momento para o outro, todos os homens elevem-se ao ponto de sentir o dever, bem mais do que o prazer, de realizar todos os seus atos de maneira a que só resulte, para outrem, o maior bem possível.

Mas se as forças pensantes e dirigentes da humanidade são hoje pouco consideráveis, não é razão para paralisar ainda uma parte delas nem para submeter uma maioria a uma minoria entre elas; não é razão para constituir a sociedade de tal maneira que, graças à inércia que produzem as posições asseguradas, graças à hereditariedade, ao protecionismo, ao espírito de grupo e a toda a mecânica governamental, as forças mais vivas e as capacidades mais reais acabam por se encontrar fora do governo e quase privadas de influência sobre a vida social.

E aqueles que chegam ao governo, ao se encontrarem deslocados de seu meio, e, antes de tudo, interessados em permanecer no poder, perdem todo potencial de ação e servem apenas de obstáculo aos outros.

Suprimam esta potência negativa que é o governo e a sociedade será o que ela poderá ser, segundo as forças e as capacidades do momento.

Se há homens instruídos e desejosos de difundir a instrução, eles organizarão as escolas e se esforçarão para fazer sentir a todos a utilidade e o prazer de se instruir; e se estes homens não existem, ou se são poucos, um governo não pode criá-los, poderia somente, como acontece hoje, pegar estes homens, subtraí-los ao trabalho fecundo, colocá-los a redigir regulamentos que serão impostos por meio de polícia, e fazer deles, professores inteligentes e apaixonados que eram, políticos completamente preocupados em impor seus caprichos e manter-se no poder.

Se há médicos e sanitaristas, eles organizarão o serviço sanitário. E se não existem, o governo não pode criá-los, ele poderia somente, graças à suspeita muito justificada de que o povo nutre em relação àquilo que lhe impõem, retirar o crédito aos médicos existentes e fazê-los massacrar, como envenenadores, quando forem combater as epidemias.

Se há engenheiros, maquinistas, eles organizarão as ferrovias. E se não existem, mais uma vez, o governo não pode criá-los.

A revolução, ao abolir o governo e a propriedade individual, não criará forças que não existam atualmente, mas deixará o campo livre à expansão de todas as forças, de todas as capacidades existentes; destruirá toda classe interessada em manter as massas na bestialidade, e fará com que cada um possa agir e exercer sua influência na proporção de sua capacidade e de acordo com suas paixões e com seus interesses.

É a única via pela qual a massa pode se elevar, visto que somente possuindo a liberdade se aprende a ser livre, como somente trabalhando é que se pode aprender a trabalhar.

Um governo, se não tivesse outros inconvenientes, teria sempre o de habituar os governados à sujeição, e buscar estender-se para tornar-se cada vez mais necessário.

Por outro lado, se se quer um governo que deva educar a massa e conduzi-la à anarquia, é necessário, entretanto, indicar qual será a origem e o modo de formação deste governo.

Será a ditadura dos melhores? Mas quem são os melhores? E quem lhes reconhecerá esta qualidade? A maioria é, normalmente, ligada a velhos preconceitos, ideias e instintos já superados por uma minoria menos favorecida; mas, entre as mil minorias que, todas, pensam ter

razão — e todas podem ter razão sobre algum ponto — a quem e por qual critério se escolherá, para colocar a força social à disposição de uma delas, quando apenas o futuro pode decidir entre as partes em litígio?

Se se toma cem partidários inteligentes da ditadura, vereis que cada um deles crê dever ser, realmente, se não o ditador ou um dos ditadores, pelo menos estar muito perto da ditadura. Assim, os ditadores seriam aqueles que, por um caminho ou outro, conseguissem se impor e, nos tempos atuais, pode-se estar seguro de que todas as suas forças seriam empregadas na luta que eles sustentassem para se defender dos ataques de seus adversários, esquecendo suas veleidades de educação, como se jamais as tivessem tido.

Será, ao contrário, um governo eleito pelo sufrágio universal, e, por consequência, emanação mais ou menos sincera da vontade da maioria? Mas se considerais esses bravos eleitores como incapazes de assegurar seus próprios interesses, como saberão escolher os pastores que devem guiá-los? E como poderão resolver esse problema de alquimia social: fazer brotar, pela eleição, um gênio, do voto de uma massa de imbecis? E o que acontecerá com as minorias, que são, todavia, a parte mais inteligente, a mais ativa e a mais avançada de uma sociedade?

• • •

Para resolver o problema social em favor de todos, só há um meio: expulsar revolucionariamente o governo; expropriar revolucionariamente os detentores da riqueza social; colocar tudo à disposição de todos e fazer com que todas as forças, todas as capacidades, todas as boas

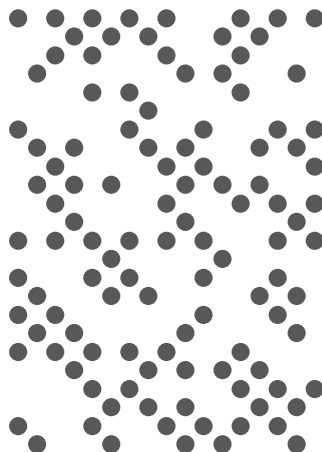
vontades existentes entre os homens ajam para assegurar as necessidades de todos.

Nós combatemos para a anarquia e para o socialismo porque acreditamos que a anarquia e o socialismo devem ter uma ação imediata, isto é, deve-se, no próprio momento da revolução, expulsar os governos, abolir a propriedade e confiar os serviços públicos — que, nesse caso, englobam toda a vida social — à obra espontânea, livre, não oficial, não autorizada, de todos os interessados e de todos aqueles que têm vontade de fazer alguma coisa. Haverá certamente dificuldades e inconvenientes, mas serão resolvidos e só podem ser resolvidos anarquicamente, isto é, por meio da obra direta dos interessados e de livres acordos.

Não sabemos se na próxima revolução a anarquia e o socialismo triunfarão, mas é certo que se os chamados programas de transição forem adotados, será porque, por essa vez, teremos sido vencidos, nunca por termos acreditado ser útil deixar intacta uma parte do sistema ruim sob o qual a humanidade geme.

De qualquer modo, teremos sobre os acontecimentos a influência que nos dará nosso número, nossa energia, nossa inteligência, nossa intransigência; e, mesmo se formos vencidos, nosso trabalho não terá sido inútil, pois, quanto mais decididos a alcançar a realização de nosso programa tivermos sido, menos governo e menos propriedade na nova sociedade existirão. E teremos feito um grande trabalho, porque o progresso humano se mede precisamente pela diminuição do governo e pela diminuição da propriedade privada.

E, se hoje caímos sem abaixar nossa bandeira, podemos estar certos da vitória de amanhã.



Este livro foi composto com as fontes das famílias tipográficas **LORA** para seu texto corrido e **OSWALD** para as titulações. Para esta tiragem, imprimiu-se o miolo em monocromia digital sobre papel offwhite 80 g/m² e a capa em policromia sobre papel cartão 250 g/m², sob a demanda da **Organização Socialista Libertária (OSL)**.